

A turma de 1962 de Engenheiros Agrônomos da UFC e seu contexto histórico

FRANCISCO ÉSIO DE SOUZA *

Era noitinha de 3 de janeiro de 1963. Quando os 49 formandos em Engenharia Agrônômica – Turma Professor Hugo Lopes de Mendonça da Escola de Agronomia da Universidade Federal do Ceará – escalavam os batentes da Faculdade de Direito da UFC em direção ao local de diplomação. Trajados elegantemente de becas pretas, com suas madrinhas ou padrinhos, cruzaram o portal da Faculdade e adentraram em seu auditório.

Difícil era mensurar qual dos dois sentimentos mais transitava no imaginário de cada formando: se o orgulho ou a esperança?

O Brasil, como o resto do mundo, escravizado ao imperativo da latitude e longitude, apresentava-se, como milenarmente, multifacetado em diversos cenários físicos, mas com todos eles, sejam do mundo ou específicos como os do Brasil, constituindo campo de atuação do Engenheiro Agrônomo. Pela dimensão territorial, pela diversidade ecológica, por sua potencialidade agrícola, o Brasil apresentava-se como um país do futuro supridor de alimentos e matéria-prima para o mundo a modo de contradizer a teoria de Malthus.

Desgraçadamente, no contraponto, o Nordeste, à época, expunha-se como um desafio maior para o Engenheiro Agrônomo do que o de hoje. Contudo, a década imediatamente anterior a de nossa formatura, o Brasil respirava um ar otimista e com o privilégio das gestões de grandes chefes do Estado Nacional. A começar por Getúlio Vargas (e seus sucessores *pro-tempore*), e Juscelino Kubischek que iniciaram um

* Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

ciclo de progresso e desenvolvimento para o Brasil, com reflexos diretos no Nordeste. Ciclo esse interrompido pela renúncia de Jânio Quadros, que frustrou a Nação. Getúlio Vargas, em seu incompleto período democrático, voltou-se para o Nordeste e criou o Banco do Nordeste do Brasil (1952). Já Juscelino, feito um bandeirante avançou Brasil adentro, abrindo estradas, ligando a Amazônia a Brasília, transferindo o centro do poder político para o Planalto Central. E, especificamente para o Nordeste, criou a SUDENE (1959) e fortaleceu o DNOCS.

Foi, pois, nesse “*approach*” desenvolvimentista e de esperança para o país que começamos e terminamos nosso curso convicto da importância de nossa participação nesse processo. Ainda, no Nordeste, Celso Furtado, a toda pressa, conclamava às alturas para que o Nordeste todo ouvisse: “vamos diversificar a zona da mata; fortalecer a economia do semiárido; expandir a fronteira agrícola para o meio norte maranhense e fazer da industrialização o carro-chefe do desenvolvimento do Nordeste”.

À época, a América Latina e o Caribe, impregnados pelas teorias estruturalistas da Comissão de Estudos Econômicos para a América Latina (CEPAL-ONU), defendidas por Raul Presbich e Celso Furtado, esperavam-se no planejamento como elemento-chave para arrancá-los do subdesenvolvimento. No Brasil, especialmente no Nordeste, este esforço foi atribuído à SUDENE, que, infelizmente, não pôde cumprir seus “Planos Diretores”, como previamente estabelecidos.

Como se vê, quando de nossa formatura, a SUDENE já punha em marcha seu I Plano Diretor (1960-62) e iniciava o II (1963-65). No primeiro elegia como prioridades: “criação de uma infraestrutura econômica; aproveitamento racional dos recursos de água; reestruturação da economia agrícola; colonização; racionalização do abastecimento; industrialização; aproveitamento dos recursos minerais; saúde pública; educação de base e levantamentos cartográficos.” Já para o II Plano Diretor: algumas das prioridades acima citadas foram mantidas e outras introduzidas.

Com esse *approach* desenvolvimentista não carece raciocinar muito para entender que o mercado de trabalho gerado pelo momento político-administrativo do país era altamente proativo. E não demorou muito para que a região Nordeste contasse com dinâmicos polos industriais: Aratu e Camaçari (BA); Cloro-Químico (Alagoas); Cabo e

Paulista (PE); Químico-Metalúrgico (RN) e Têxtil (CE). E haja matéria-prima!

Tudo isso ainda é pouco para dar uma ideia de progresso do setor rural do Brasil nesse curto período temporal.

No Ceará, governava Virgílio Távora com seu Plano de Metas do I Veterado, trazendo a energia de Paulo Afonso, abrindo estradas, estabelecendo as residências agrícolas no interior do estado, incentivando a cultura do algodão para atender à demanda dos teares modernos.

Em sucessivo, com destaque para Cesar Cals de Oliveira, quando implantou a floresta do caju e com ela a explosão da exportação da amêndoa da castanha industrializada.

Com a volta de Virgílio Távora, inaugurou-se o incentivo da irrigação privatizada como o apoio do estado – PROMOVALE – até então restrita a competência do DNOCS e SUVALE e em sucessivo a CODEVASF. Ainda no II Governo VT, iniciaram-se também, com incentivos do estado, os trabalhos de experimentação com o cultivo do camarão em cativeiro (Acaraú). Atividade que a iniciativa privada logo percebeu sua viabilidade técnica e econômica para a produção em larga escala.

Outros governos farejando a importância dos microclimas serranos e percebendo sua grande potencialidade, interferindo no tradicional sistema de produção – cultura do café, frutícolas e algumas hortícolas e introduziram a nobreza da floricultura. Todavia, nada disso surgiu como geração espontânea. Não fora o trabalho de Irineu Cabral em imbricar todos os Institutos de Pesquisas Agropecuárias do Brasil, como: IPEAN (PA); IPEANE (PE); IPEAL (BA); IPEACO em uma só instituição, potencializando e criando a EMBRAPA, hoje considerada um dos maiores Centros de Pesquisas Agropecuárias do mundo, onde o Engenheiro Agrônomo é peça central dessa extraordinária engrenagem, a EMBRAPA não existiria e a historieta agora contada não seria a mesma. É inquestionável que, passados 50 anos, muito progresso ocorreu no Brasil.

No Nordeste, não mais se semeia somente grãos, mas sementes melhoradas; a irrigação toma vulto na produção de frutícolas; a matriz energética da região, outrora, alimentada, sobretudo, pelo lenho extraído da sofrida caatinga, cedeu lugar a de origem hídrica e os simplórios cata-ventos foram substituídos por modernos parques eólicos; o

sol, antes somente agente de estiolamento, já caminha também como substancial fonte energética.

Em contraponto, desgraçadamente, tudo isso ainda é pouco, porquanto perduram na região as temíveis secas que me informo, ainda mais, pelas notícias de manchetes de jornais enquanto escrevo este artigo e que por certo levará sofrimento a milhares de compatriotas e à biota da região no repetir secular.

Voltando a Turma de 1962, melhor do que palavras é ler o conteúdo no resumido currículo de cada membro da Turma, que, no dizer do colega Antônio de Albuquerque, “é uma Turma de vencedores”!